

A Associação de Estudantes da Faculdade de Direito

— Uma Organização em Transição —

Luís Fernando Rijo Correia Pinto

Presidente em exercício da Associação de Estudantes da Faculdade de Direito

A Associação dos Estudantes da Faculdade de Direito de Macau foi fundada em 1990, para atender às necessidades então sentidas de uma organização devidamente estruturada, tendo em vista a representação dos interesses dos discentes da FDUM junto da respectiva Direcção. Um órgão que surgisse como alternativa válida e credível aos esforços individuais e *ad hoc* de resolução dos problemas e conflitos que inevitavelmente surgem no relacionamento humano, bem como à promoção de actividades académicas e lúdicas que aproximassem o corpo de estudantes de si próprio.

Desde aí, tem funcionado um pouco ao sabor das circunstâncias e da disponibilidade dos que, com o sacrifício de outras actividades, se dedicam a manter em movimento uma instituição cuja própria existência é constantemente posta à prova pela natureza especial do contexto em que se insere.

De facto, é um factor perene na comunidade estudantil a transitoriedade da permanência dos alunos da Faculdade de Direito, reflectindo a população que serve: uma comunidade na sua vasta maioria lusófona, que, com poucas excepções, permanece em Macau a prazo, por via das circunstâncias profissionais — funcionários públicos recrutados à República ou familiares jovens que terminam o 12º ano —, e que preferem aqui iniciar os seus estudos superiores, sempre na perspectiva do regresso a Portugal.

Juntam-se a estes os alunos que, pelas mais diversas razões, vão ficando pelo caminho, na berma da longa estrada que é um curso superior como o da Faculdade de Direito, exigente de tempo, estudo e força de vontade.

Resta-nos um núcleo duro que, apesar de ainda significativo, fica ainda mais reduzido pela pouca disponibilidade ou simples indiferença.



NOVO ALENTO

Mas tudo isto foi o passado.

Hoje, a Faculdade de Direito tem novo alento, com a abertura do curso de Licenciatura em língua chinesa, que veio alargar significativamente o universo e os horizontes das suas estruturas. E a Associação de Estudantes não podia deixar de acompanhar os tempos.

A inclusão de membros deste curso nos seus corpos gerentes foi desde logo uma prioridade, apesar da natural timidez dos primeiros tempos.

Hoje, a AEFDM conta com representantes dos dois anos do curso em língua chinesa, num esforço de representatividade a que se junta o sempre salutar aparecimento de sangue novo, que vem dar nova dinâmica às suas actividades e objectivos.

Cruzam-se assim duas perspectivas díspares no universo académico, na tentativa de aproximar os dois cursos da Faculdade de Direito, separados linguística e culturalmente por um fosso que, apesar de fácil de cruzar, exige, como tudo o mais, um primeiro e crucial esforço.

Reflectindo a actual conjuntura de Macau, a Associação de Estudantes está assim a levar a cabo a sua própria localização, gradual por reflectir a população que pretende representar, mas nem por isso descurada. A prazo, o curso de Licenciatura em língua chinesa será a razão de existir da própria Faculdade, delegando para segundo plano o seu congénere em língua portuguesa. E a Associação tem de acompanhar esta evolução, sob pena de se alienar em relação aos que pretende ela própria servir.

Preocupações novas, problemas insuspeitados, questões inéditas, desafios nunca dantes encarados se colocam, num ciclo que reflecte as próprias mutações sofridas pela Faculdade.

OS INTERESSES DOS ASSOCIADOS

A defesa dos interesses dos estudantes da Faculdade de Direito, objectivo primeiro consagrado nos seus estatutos, movimenta a Associação no sentido de agir e reagir aos desafios que se colocam, em contactos com a Direcção da Faculdade, com o Gabinete do Secretário-Adjunto para a Administração, Educação e Juventude, e organizações congéneres a nível internacional, nomeadamente aqui ao lado, na vizinha RPC.

Assim foi, em Dezembro passado, quando a AEFDM enviou representantes a Pequim, integrados numa delegação da União de Estudantes da Universidade de Macau. Uma deslocação que produziu importantes contactos junto de organizações dedicadas à juventude a nível nacional, bem como das estruturas estudiantis da região da capital chinesa e de diversas universidades, incluindo a Universidade de Pequim.

Nesta, teve oportunidade a Associação de Estudantes da Faculdade de Direito de Macau de oferecer alguma bibliografia em língua chinesa que se pu-

blica em Macau, sobre temas ligados à organização judiciária do Território, diversas peças legislativas e alguma doutrina produzida por docentes locais, tudo destinado a uma melhor compreensão por parte dos colegas daquele estabelecimento de ensino, e em especial da sua Faculdade de Direito, das realidades de Macau e das principais características que enformam o esquema jurídico actualmente vigente.

Esta deslocação tornou-se possível graças ao esforço desenvolvido no sentido de uma maior integração das actividades da AEFDM na União dos Estudantes da Universidade de Macau, que representa a totalidade das Faculdades da UM. Nunca antes os contactos foram tão estreitos, estando em curso o processo, longo, de cimentar a posição da nossa Associação junto daquele órgão representativo, tanto do ponto de vista da organização de actividades e grupos de contacto, como de uma perspectiva logística e financeira, com a possibilidade da utilização dos recursos postos à disposição da União de Estudantes pela Universidade.

MAIS ENVOLVIMENTO

Mas a Associação pretende mais. 1997 foi um ano de transição. Foi um gradual regressar à ribalta, depois da travessia do deserto. Apesar das dificuldades à vista, em especial a falta de disponibilidade dos seus associados e corpos gerentes (não esqueçamos que se trata de uma população estudantil que, na sua vasta maioria, possui responsabilidades profissionais e familiares), pretende-se que a AEFDM esteja mais próxima dos seus associados. Só assim, acreditamos, se sensibilizará a massa estudantil para a importância do trabalho da Associação.

Neste papel, o seu órgão informativo desempenha uma tarefa de primeira importância, a que se juntam outras formas de divulgação das suas actividades, deliberações e iniciativas. Mas não só. O fluxo de informação deve ser bilateral. E para isso é indispensável uma representação o mais ampla possível de todas as turmas nos corpos gerentes da AEFDM, uma tarefa em curso, tendo em vista o iminente período eleitoral. De facto, o mandato da actual direcção foi ampliado por decisão da Assembleia Geral, na sequência da inexistência de uma lista candidata às eleições para a direcção e restantes corpos gerentes da Associação. E, tal como reza o ditado chinês, “na crise existe sempre oportunidade”. Urge aproveitar esta crise – mais uma – para repensar o modo de funcionamento da Associação, sempre com os olhos postos no futuro. Mas nem por isso descurando os problemas do presente. E uma questão se coloca de forma particularmente premente: a próxima partida dos alunos recrutados à República ou incluídos na categoria dos “integráveis”.

Perante estes coloca-se o problema de, pretendendo regressar a Portugal, serem obrigados a deixar o Território com o curso inacabado ou, pior, sem a conclusão do ano lectivo em que estão inscritos.

Transição *oblige*.

Há que encontrar respostas a contento, junto das autoridades competentes.



UMA PRESENÇA PERMANENTE

O reconhecimento em Portugal do curso de Direito da Universidade de Macau vem culminar um processo de consolidação e afirmação da Faculdade como organização capaz de manter rigorosos níveis de competência técnica, produzindo juristas de qualidade, capazes de suprir as necessidades do Território, agora e para o futuro.

Da mesma forma, a Associação de Estudantes constitui já uma presença permanente no contexto universitário, mercê do esforço dos sucessivos corpos gerentes que a têm encabeçado e da sempre receptiva colaboração da Direcção da Faculdade. A sua razão de existir são os próprios alunos, os seus problemas enquanto tais, o entrosar das sucessivas gerações que se cruzam nas salas de aula, o apoio a um melhor desempenho académico.

Cabe-lhe assim um papel cuja importância nunca é demais realçar. E há que assegurar essa continuidade, sob pena de se cair de novo no individualismo desperdiçador que, apesar das melhores intenções, nunca é a via mais eficiente para a resolução das questões que constantemente se colocam ao corpo discente da Faculdade de Direito.

